PP&C
audit · tax · advisory
Member of Nexia

NITYAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2023

NOVEMBRO DE 2024

We do better, come together

PP&C
audit • tax • advisory
Member of Nexia

NITYAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Anexo I – Balanço patrimonial
Anexo II – Demonstração do resultado
Anexo III – Demonstração do resultado abrangente
Anexo IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Anexo V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Sumário das notas explicativas

1.	Contexto operacional	1
2.	Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	3
3.	Principais políticas contábeis	4
4.	Caixa e equivalentes de caixa	12
5.	Investimentos	12
6.	Patrimônio líquido	14
7.	Partes relacionadas	15
8.	Despesas administrativas e gerais	15
9.	Receitas financeiras	15
10.	Imposto de renda e contribuição social	16
11.	Instrumentos financeiros	16

PP&C
audit • tax • advisory
Member of Nexia

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Diretores e Administradores da
NITYAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **NITYAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**NITYAM**" e/ou "**COMPANHIA**"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram seu relatório em 19 de julho de 2023, sem ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento de suas atividades.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria efetuada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de novembro de 2024.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giácomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Ana Gabriela Maia Alves
CRC1SP289.432/O-5
Contadora

Nityam Empreendimentos e Participações S.A. **ANEXO I**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	793	949
Impostos a recuperar		38	28
Total do ativo circulante		**831**	**977**
Não circulante			
Adiantamento p/futuro aumento de capital	**7**	195	163
Investimentos	**5**	116.360	105.313
Total do ativo não circulante		**116.555**	**105.476**
Total do ativo		**117.386**	**106.453**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		3	3
Total do passivo circulante		**3**	**3**
Não circulante			
Adiantamento p/futuro aumento de capital	**7**	6	6
Total do passivo não circulante		**6**	**6**
Patrimônio líquido	**6**		
Capital social		134.998	134.998
Ajuste de avaliação patrimonial		753	753
Prejuízos acumulados		(18.374)	(29.307)
Total do patrimônio líquido		**117.377**	**106.444**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**117.386**	**106.453**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nityam Empreendimentos e Participações S.A. **ANEXO II**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Outras despesas operacionais			
Administrativas e gerais	**8**	(217)	(540)
Resultado de equivalência patrimonial	**5**	11.047	10.328
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**10.830**	**9.788**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	**9**	103	113
Resultado financeiro, líquido		**103**	**113**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**10.933**	**9.901**
Imposto de renda e contribuição social	**10**	-	-
Lucro líquido do exercício		**10.933**	**9.901**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nityam Empreendimentos e Participações S.A. **ANEXO III**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**10.933**	**9.901**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**10.933**	**9.901**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nityam Empreendimentos e Participações S.A. **ANEXO IV**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Notas	Capital social	Avaliação patrimonial da controlada	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		134.998	753	1.341	(40.549)	96.543
Absorção de reserva de capital com prejuízos acumulados		-	-	(1.341)	1.341	-
Lucro do exercício		-	-	-	9.901	9.901
Em 31 de dezembro de 2022		**134.998**	**753**	**-**	**(29.307)**	**106.444**
Lucro do exercício		-	-	-	10.933	10.933
Em 31 de dezembro de 2023		**134.998**	**753**	**-**	**(18.374)**	**117.377**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nityam Empreendimentos e Participações S.A. **ANEXO V**

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		10.933	9.901
Ajustes			
Resultado da equivalência patrimonial	**5**	(11.047)	(10.328)
Superávit (déficit) líquido ajustado		**(114)**	**(427)**
(Aumento) redução nos ativos			
Impostos a recuperar		(10)	(12)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais		**(124)**	**(439)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento futuro aumento de capital		(32)	(60)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(32)**	**(60)**
(Diminuição) líquida do caixa e equivalentes de caixa		**(156)**	**(499)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		949	1.448
No fim do exercício		793	949
Variação de caixa e equivalente de caixa		**(156)**	**(499)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Nityam Empreendimentos e Participações S.A. ("Nityam" ou "Companhia") foi constituída em 4 de novembro de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1507, cj 61, Bloco B, Vila Olímpia, CEP 04547-005, São Paulo, concentra seus investimentos nas sociedades controladas em conjunto WRC Operadores Portuários S.A. e TESC - Terminal Santa Catarina S.A., detendo 50% do capital social de cada uma dessas sociedades, e na Porto Novo Participações S.A., detendo 25,926% desta sociedade.

TESC - Terminal Santa Catarina S.A.

O TESC - Terminal Santa Catarina S.A. ("TESC" e/ou "controlada em conjunto") tem sede no município de São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina, e foi constituído em 1º de março de 1996, com prazo de duração indeterminado. Ele possui contrato de arrendamento de área no Porto Organizado firmado em 16 de maio de 1996, com prazo inicial de 25 anos, o qual foi antecipadamente renovado em 2017 por igual período, passando a findar no ano de 2046.

A controlada em conjunto tem por objeto social a construção e a exploração de instalações portuárias, na modalidade de uso público, com vistas à movimentação e armazenagem de carga geral, solta ou unitizada, conteinerizada, granéis sólidos ou outras cargas compatíveis, nos termos da lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista.

Os acionistas da controlada em conjunto deliberaram um novo projeto de investimentos para o negócio, o qual foi aprovado pelo então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), por meio da Portaria nº 248, de 13 de julho de 2016, e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), por meio da Resolução nº 5.318, de 20 de março de 2017, o que permitiu a renovação antecipada de seu arrendamento, conforme 6º Termo Aditivo ao Contrato de Arredamento nº 015/96/PJ, firmado em 27 de julho de 2017 (publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017), abrangendo o período de 2021 a 2046. Esses investimentos aparelharão o Terminal Portuário com uma estrutura moderna para adicionar a operação de granéis vegetais para exportação, que modificará significativamente seu posicionamento no mercado e seus resultados.

Em fevereiro de 2022, foi concluída a operação de aquisição de participação majoritária da Agribrasil na Nityam, que detém 50% das ações de emissão do TESC e 25,93% das ações de emissão da Porto Novo — esta última, por sua vez, acionista dos remanescentes 50% do TESC.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas com base em seu plano de negócios, que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, renovação e alongamento de contratos comerciais, alienação de ativos ociosos e/ou inservíveis, além da reestruturação da dívida da Companhia.

WRC Operadores Portuários S.A.

A WRC Operadores Portuários S.A. ("WRC" e/ou "controlada em conjunto") tem sede no município de São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina, e foi constituída em 1º de março de 2002, com prazo de duração indeterminado.

A controlada em conjunto tem como objeto social a operação de terminais portuários de carga geral e de contêineres, a movimentação e armazenamento de mercadorias próprias e de terceiros e a locação de equipamentos afins, nos termos da lei 12.815, de 5 de junho de 2013, e atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo V da mesma lei e quaisquer outras atinentes ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista.

Em fevereiro de 2022, foi concluída a operação de aquisição de participação majoritária da Agribrasil na Nityam, que detém 50% das ações de emissão do TESC e 25,93% das ações de emissão da Porto Novo — esta última, por sua vez, acionista dos remanescentes 50% de WRC.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas com base em seu plano de negócios, que contempla o fluxo de caixa projetado. Foram consideradas para as referidas projeções diversas premissas financeiras e de negócios, renovação e alongamento de contratos comerciais, alienação de ativos ociosos e/ou inservíveis, além da reestruturação da dívida da Companhia.

Porto Novo Participações S.A. ("Porto Novo")

A Companhia tem sede no município de São Francisco do Sul - SC e é uma sociedade anônima de capital fechado, originária da transformação do tipo jurídico de sociedade empresária limitada constituída em 25 de maio de 2006, em conformidade com a legislação brasileira, tendo por objeto social a gestão de participações societárias, podendo, ainda, exercer atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios comerciais em geral.

A Companhia concentra seus investimentos nas sociedades TESC - Terminal Santa Catarina S.A. (controlada em conjunto) e WRC Operadores Portuários S.A. (controlada em conjunto), cujas atividades são desenvolvidas em áreas portuárias e retroportuárias de São Francisco do Sul, no estado de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não tinha seguros contratados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com as práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 08 de novembro de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Bases da mensuração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Investimentos

i) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("*impairment*") do ativo transferido e contemple as seguintes entidades:

	Participação (%) em 2023 e 2022
Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	
Porto Novo Participações S.A. ("Porto Novo")	25,926%

ii) Investimentos em controladas em conjunto

Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial conforme CPC 19 (R2), reconhecidos no resultado do exercício como despesa (ou receita). Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente, e que requerem consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado excede a sua participação acionária nessa investida registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas em conjunto são eliminados na medida da participação

da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("*impairment*") do ativo transferido e contemple as seguintes entidades:

	Participação (%) em 2023 e 2022
Controladas em conjunto	
TESC - Terminal Santa Catarina S.A. ("TESC")	50,00
WRC Operadores Portuários S.A. ("WRC")	50,00

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as práticas contábeis das controladas em conjunto estão consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

b) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins desta avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado; e
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tiver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d) Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Periodicamente, a Administração avalia posições tomadas

com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia apurou Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL no período, portanto não houve o registro de despesas de impostos de renda e contribuição social corrente.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não identificou nenhuma provisão que devesse ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

f) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

g) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

i) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionadas a este tópico.

ii) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionadas a este tópico.

iii) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Caixa e bancos	1	1
Aplicação financeira	792	948
	793	**949**

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, sendo a remuneração 95% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais dados financeiros das controladas em conjunto podem ser sumariados como segue:

	WRC Oper. Portuários S.A.		TESC Term. Santa Catarina		Porto Novo Participações S.A.	
Descrição	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo circulante	13.106	16.681	45.276	66.846	59	142
Ativo não circulante	51.356	51.899	451.687	384.770	52.259	43.450
Passivo circulante	4.796	4.341	34.774	32.366	5	33
Passivo não circulante	25.799	26.823	391.537	369.766	3.570	3.451
Patrimônio líquido	**33.867**	**37.416**	**70.652**	**49.484**	**48.743**	**40.108**
Capital social	35.591	35.591	52.495	52.495	42.287	42.287
Ajuste de avaliação patrimonial	151	170	-	-	90	95
Reserva de capital/lucro	487	487	20.769	20.769	12.395	12.395
Reservas de lucros e prejuízos acumulados	(2.362)	1.168	(2.612)	(23.780)	(6.029)	(14.669)
Lucro e (Prejuízo) líquido do exercício	**(3.549)**	**(3.163)**	**21.168**	**19.646**	**8.635**	**8.051**

Ações do capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	WRC Oper. Portuários S.A.		TESC Term. Santa Catarina		Porto Novo Participações S.A.	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ações do capital social (ON)	3.267.502	3.267.502	36.452.837	36.452.837	2.599.165	2.599.165
Participação da Companhia (ON)	50%	50%	50%	50%	25,93%	25,93%

A movimentação do investimento no exercício pode ser sumariada como segue:

	WRC Oper. Portuários S.A.		TESC Term. Santa Catarina		Porto Novo Participações S.A.		Total	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Investimentos								
Saldo inicial	18.708	20.290	24.742	14.919	10.398	8.311	53.848	43.520
Resultado de equivalência patrimonial	(1.776)	(1.582)	10.584	9.823	2.239	2.087	11.047	10.328
Total dos investimentos	**16.932**	**18.708**	**35.326**	**24.742**	**12.637**	**10.398**	**64.895**	**53.848**
Ágio sobre investimentos (a) e (b)	-	-	34.425	34.425	17.040	17.040	51.465	51.465
Total de investimentos	**16.932**	**18.708**	**69.751**	**59.167**	**29.677**	**27.438**	**116.360**	**105.313**

a) Em julho de 2018 houve uma cisão parcial da companhia LOGZ S.A., onde foram cindidos ativos da companhia e 2.422.155 ações ordinárias da companhia Porto Novo Participações S.A para a Nityam, que na data representava 25,93% do capital social da Porto Novo. O valor que representa as 2.422.155 ações ordinárias cedida representa o valor de R$ 35.027.221, ao qual deu origem ao reconhecimento do ágio de R$ 17.038.597, ao qual se refere a diferença do percentual de 25,93% sobre o patrimônio da empresa em 2018; e

b) Em 20 de outubro de 2010, a empresa Nityam Empreendimentos e Participações. adquiriu 50% da participação da empresa TESC – Terminal Santa Catarina S.A. O valor da transação foi de R$ 76.726.133 e deu origem ao reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R$ 34.424.798. O ágio é mensurado ao custo, que é deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Teste ao valor recuperável dos ágios

Anualmente, a Companhia realiza testes de *impairment* e no melhor do seu conhecimento a respeito dos negócios e atividades da investida. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, não houve a necessidade de constituição de provisão.

Os fluxos de caixa que suportam a análise de recuperabilidade (*impairment test*) foram projetados até o final do segundo período de arrendamento (2046) da controlada em conjunto, descontados a valor presente.

As principais premissas operacionais utilizadas para a elaboração dos fluxos de caixa no teste de valor recuperável são as seguintes:

- Características dos serviços a serem prestados e tipos de cargas movimentadas;

- Capacidade instalada de armazenagem e movimentação de cargas;
- Projeção de crescimento no volume das operações; e
- Taxa nominal de desconto equivalente a 13,1%.

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas no fluxo de caixa descontado para teste de valor recuperável e considera que, em 31 de dezembro de 2023, há baixa probabilidade de indicação de *impairment* nos cenários de aumento de juros e, consequentemente, aumento na taxa de desconto, além de redução dos níveis de crescimento da receita.

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 134.998 (em 2022, de R$ 134.998), dividido em 143.961.343 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2023		2022	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A.	116.608.688	81%	116.608.688	81%
R. Lobo Participações Ltda.	13.676.328	9,5%	13.676.328	9,5%
Carlos Alberto de Oliveira Júnior	13.676.328	9,5%	13.676.328	9,5%
	143.961.343	**100%**	**143.961.343**	**100%**

b) Ajuste de avaliação patrimonial de controlada em conjunto

A reserva de ajustes de avaliação patrimonial de controlada em conjunto inclui os ajustes pela adoção do custo atribuído realizado pelas controladas em conjunto no ano de 2009.

c) Reserva de capital

Refere-se a ganhos e perdas em decorrência de transações patrimoniais entre acionistas da Companhia e poderá ser realizada com base no artigo 200 da lei 6.404/76.

7. Partes relacionadas

Adiantamento para futuro aumento de capital:

Ativo	**2023**	**2022**
Porto Novo Participações S.A.	195	163
	195	**163**

Adiantamento para futuro aumento de capital:

Passivo	**2023**	**2022**
R. Lobo Participações Ltda.	6	6
	6	**6**

Remuneração da Administração

Não houve remuneração aos membros da Administração nos anos de 2023 e 2022.

8. Despesas administrativas e gerais

Descrição	**2023**	**2022**
Despesas com serviços de terceiros	(212)	(525)
Tributárias	(5)	(7)
Outras despesas	-	(8)
	(217)	**(540)**

9. Receitas financeiras

Descrição	**2023**	**2022**
Rendimento de aplicação financeira	100	111
Outros	3	2
	103	**113**

10. Imposto de renda e contribuição social

	2023	2022
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	**10.933**	**9.901**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social Pela alíquota fiscal combinada	(3.717)	(3.366)
Crédito tributário não constituído	(40)	(146)
Adições permanentes Equivalência patrimonial em investimento	3.756	3.512
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-

A Companhia não constituiu ativo fiscal diferido decorrente do crédito tributário de prejuízos fiscais por não apresentar um histórico de resultados positivos nos três últimos anos e não ter expectativa de reverter a situação em curto prazo. Ao final de cada período, a Companhia reavalia o ativo fiscal diferido não reconhecido. Em 31 de dezembro de 2023, o montante referente a esses créditos era de R$ 907 (R$ 793 em 2022).

11. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análises periódicas da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

ii) Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de seus passivos.

A Administração monitora as previsões das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia estão livres para uso imediato e são suficientes para administrar o risco de liquidez.

iii) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

..*